

Divinópolis/MG, 06 de Novembro de 2018

## Governo Federal informa que repassou R\$ 61 milhões do Fundeb para Divinópolis e R\$ 2,5 milhões para São Gonçalo do Pará

*Greve dos professores de São Gonçalo do Pará entra no segundo dia e servidores da educação de Divinópolis anunciam greve geral*

Fotos: Comunicação/Sintram



A greve da educação de São Gonçalo entrou no seu segundo



Luciana Santos liderou uma caminhada dos profresses

Boa parte das prefeituras de Minas Gerais terá dificuldades para fechar o ano fiscal. A maior parte delas passa por uma crise financeira sem precedentes e o principal argumento é que o Estado não está repassando as verbas federais que deveriam ser encaminhadas aos municípios. Os servidores da educação estão sendo os mais penalizados, já que os salários da classe são pagos pela verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que segundo os prefeitos, está sendo retido pelo governo estadual. Com esse discurso, as prefeituras não admitem os próprios erros, como inchaço da máquina, falta de planejamento e gastos completamente desnecessários.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, se essa situação não for sanada, diversas cidades poderão enfrentar manifestações e greves dos professores. “Vou continuar batendo na tecla de sempre. Como essa situação não é nova, poucas foram as prefeituras que

se planejaram corretamente e adotaram medidas de contenção de gastos efetivas. Carmo da Mata, por exemplo, acaba de anunciar um duro pacote econômico e em Carmo do Cajuru, o prefeito Edson Vilela está pagando os professores religiosamente em dia. No caso de São Gonçalo do Pará, os parcelamentos e atrasos no pagamento dos servidores da educação, já estão causando problemas sérios para as famílias. Estamos aguardando uma posição oficial da prefeitura, que não seja a repetição do velho discurso de que o Estado não está repassando os recursos. Disso já sabemos. Agora o que queremos saber são as medidas que estão sendo tomadas pelo município para solucionar esse problema, porque os servidores não podem ficar indefinidamente recebendo salários parcelados, como também não podem ficar na incerteza se vai haver salário ou não. A greve da categoria é legítima e só não foi iniciada antes porque queríamos resolver o impasse na negociação, como não foi possível, a greve foi o único caminho”, explicou.

## FUNDEB

Em São Gonçalo do Pará, os professores da rede municipal entraram no segundo dia de greve nesta terça-feira (6). Em razão do parcelamento de salários, a categoria decidiu pela greve por tempo indeterminado e até agora o prefeito Toninho André (MDB) ainda não se manifestou sobre o movimento. Já em Divinópolis, os professores da rede municipal, que já estão recebendo salários parcelados desde o início do segundo semestre, iniciaram nesta segunda-feira (5) a operação tartaruga, com redução de duas horas de aulas. O Sindicato da categoria informa que se até o quinto dia útil de novembro (próxima quinta-feira) os professores não receberem o salário integral, será deflagrada greve geral na educação de Divinópolis por 120 dias.

Tanto o prefeito de Divinópolis, Galileu Machado (MDB), quanto o de São Gonçalo do Pará, Toninho André, alegam que o parcelamento de salários dos professores é motivado pelo atraso no repasse do Fundeb. A prefeitura de Divinópolis diz que o Estado deixou de repassar R\$ 14 milhões do Fundo, enquanto São Gonçalo do Pará informa que o governo estadual deve ao município R\$ 1,2 milhão.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, responsável pela distribuição dos recursos aos Estados e municípios, de janeiro a outubro desse ano, o governo repassou R\$ 61.064.275,14 do Fundeb para a prefeitura de Divinópolis. Já São Gonçalo do Pará, no mesmo período, recebeu R\$ 2.592.525,13.

## Veja como foram os repasses do Fundeb para Divinópolis e São Gonçalo do Pará até outubro, conforme informação do Tesouro Nacional:

MÊS	DIVINÓPOLIS	SÃO GONÇALO DO PARÁ
Janeiro	R\$ 6.224.559,27	R\$ 546.909,91
Fevereiro	R\$ 4.295.006,06	R\$ 372.731,85
Março	R\$ 3.404.150,67	R\$ 295.421,08
Abril	R\$ 3.428.759,86	R\$ 297.556,76
Mai	R\$ 2.468.189,52	R\$ 214.195,97
Junho	R\$ 1.754.629,79	R\$ 152.271,40
Julho	R\$ 1.537.077,11	R\$ 133.391,60
Agosto	R\$ 2.164.422,79	R\$ 187.834,26
Setembro	R\$ 3.591.255,79	R\$ 311.658,56
Outubro	R\$ 928.224,28	R\$ 80.553,74
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 61.064.275,14</b>	<b>R\$ 2.592.525,13</b>

[Clique aqui](#) e veja os repasses no site do Tesouro Nacional

## Um terço do Congresso eleito é alvo de investigações

*Levantamento feito pelo Estadão leva em conta inquéritos no Supremo, ações criminais e por improbidade; PT, MDB e PP são os partidos com mais implicados*

Fotos: Agência Brasil



*Os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Aécio Neves (PSDB-MG), que se elegeram deputados federais*

**(Estadão Conteúdo)** Um terço do novo Congresso é acusado de crimes como corrupção, lavagem, assédio sexual e estelionato ou é réu em ações por improbidade administrativa com dano ao erário ou enriquecimento ilícito. No total, são 160 deputados e 38 senadores. O levantamento feito pelo Estado envolve casos em andamento nos Tribunais de Justiça dos Estados, na Justiça Federal, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal.

Entre os alvos estão nomes conhecidos como os atuais senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Aécio Neves (PSDB-MG). Presidente do PT, Gleisi é alvo na Lava Jato enquanto Aécio, ex-presidente do PSDB, é réu por corrupção na delação da J&F. Ambos conquistaram uma cadeira na Câmara. Aécio diz que “provará na Justiça que foi alvo de uma ação premeditada por criminosos confessos de mais de 200 crimes”. Gleisi não quis se manifestar.

Além de tucanos e petistas, há ainda integrantes do PSL, o partido do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e de outras 21 legendas – apenas seis partidos não elegeram pessoas investigadas ou acusadas na Justiça. Ao todo, os parlamentares respondem a 540 acusações (379 contra deputados e 161 contra senadores), das quais 334 são por improbidade – 263 de deputados e 71 casos envolvendo senadores. Entre os crimes, as acusações mais comuns são as de lavagem de dinheiro (34), corrupção (29) e crimes eleitorais (16).

O partido com maior número de envolvidos é o PT. Trinta de seus 62 eleitos são investigados ou réus. A ex-prefeita de Fortaleza Luizianne Lins é uma das recordistas. Ela é alvo de processos por improbidade na Justiça do Ceará e no STJ. Sua defesa alega inocência. Proporcionalmente, o MDB é quem tem mais parlamentares enredados com a Justiça. São 16 deputados e oito senadores ou 52% da bancada no Congresso ante 48% do PT. Entre os atingidos está o líder do partido, o deputado Baleia Rossi (SP), alvo de uma ação por improbidade administrativa. Sua assessoria não respondeu.

O PSL de Bolsonaro já chega no parlamento com sete deputados ou 12,5% dos 56 congressistas eleitos na

mira da Justiça – um oitavo deputado, Luciano Bivar teve reconhecida pela Justiça a prescrição do crime ambiental de que era acusado no dia 16, uma semana após o pleito. Procurado, não se manifestou. O levantamento do Estado não levou em consideração ações de danos morais e execuções fiscais, o que aumentaria os processados para 40% do Congresso.

Além da improbidade (um só deputado, Carlos Henrique Gaguim, do DEM-TO, responde a 153 ações), da corrupção, de crimes eleitorais e da lavagem de dinheiro, outras 31 condutas são imputadas aos parlamentares. As mais comuns são de formação de quadrilha (12), peculato (12), fraudes em licitação (10), falsidade ideológica (8) e crimes ambientais (6). Mas também foram identificados congressistas que respondem por crimes contra a ordem tributária, calúnia, homicídio, assédio sexual e delitos da Lei Maria da Penha.

Com o maior número de parlamentares, São Paulo é o Estado com mais alvos da Justiça. São 32 dos 73 deputados e senadores, ou 43,8% dos representantes paulistas. Amazonas (63,6%) e Alagoas (58,3%) têm, proporcionalmente, a maior quantidade de representantes com problemas. Segundo Estado com mais congressistas (56), Minas tem dez investigados. O Rio tem 14 de seus 49 parlamentares nessa situação. O Rio Grande do Norte é o único Estado que não elegeu acusados.

#### Siglas

Para o MDB, o fato de um candidato ser ou não réu não impede a candidatura. “O MDB defende o amplo direito à defesa de seus filiados e não antecipa julgamentos”. DEM e PSD informaram que as candidaturas são definidas com autonomia pelas instâncias partidárias. O DEM informou que “segue com rigor as determinações da Justiça para compor seu quadro de candidatos”. “O partido recomenda que os nomes a serem apresentados sejam ficha limpa”. O PSDB informou esperar que cada parlamentar faça sua defesa. A DC destacou que seu deputado não é condenado. PR, SD, PT, PP, PRB, PSC, PCdoB, PSB, Podemos, PTB, PPS, PROS, Avante, Patriota e PRP não responderam.

# Congresso veta acesso de jornalistas ao plenário em solenidade que marca volta de Bolsonaro



A Diretoria-Geral do Senado (DGS) comunicou nesta segunda-feira (5) que jornalistas não poderão entrar no plenário da Câmara para acompanhar a sessão solene que, agendada para as 10h desta terça-feira (6), celebrará os 30 anos da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. A solenidade marcará a volta do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso depois da campanha eleitoral. A DGS é o órgão responsável pela realização de sessões conjuntas de Câmara e Senado.

Alegando a necessidade de "esquema especial de segurança", comunicados internos distribuídos mais cedo pela DGS (veja íntegra abaixo) advertem que o acesso ao plenário e às dependências do Congresso será restrito e a circulação controlada com mais rigor. "O combinado é que a imprensa terá acesso às galerias e ao Salão Verde. No salão do plenário, estará somente a imprensa interna", diz um dos ofícios, referindo-se aos grupos de comunicação do Senado e da Câmara.

Como reza o regulamento interno, caberá à Polícia Legislativa do Senado organizar o esquema de segurança nesta terça-feira (6). A decisão pegou jornalistas de surpresa tão logo os comunicados se tornaram públicos, uma vez que sessões solenes são sempre abertas à imprensa credenciada, sem qualquer restrição de acesso aos plenários.

Mesmo em momentos históricos e graves da vida política nacional, manteve-se o acesso dos profissionais da notícia ao palco das decisões. Foi assim nas diversas votações do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), que

consumiu cinco meses de discussões no Senado e na Câmara. E, mais recentemente, na votação das duas denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer (MDB), barradas por aliados do emedebista em agosto e em outubro.

## Leia o comunicado interno do Senado:

### MEDIDAS DE SEGURANÇA EM RAZÃO DA SESSÃO COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*Prezados(as) Servidores(as),*

*A Diretoria-Geral do Senado Federal informa que em razão da Sessão Comemorativa dos 30 anos da Promulgação da Constituição Federal, dia 06 de novembro de 2018, terça-feira, no Plenário da Câmara dos Deputados, as seguintes medidas serão adotadas em virtude da presença dos Chefes dos Três Poderes e demais autoridades, que serão recepcionadas no Salão Branco (Chapelaria):*

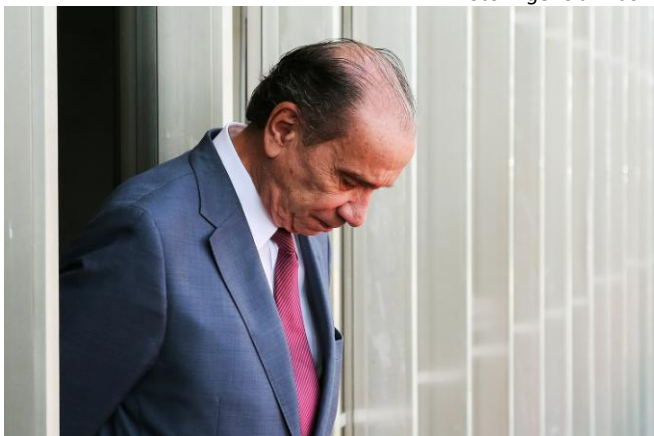
- 1. A partir das 8h30 a descida em direção ao Salão Branco (Chapelaria) estará bloqueada para desembarque de servidores e visitantes;*
- 2. A entrada do Salão Branco será exclusiva para recepcionar as autoridades que participarão da Sessão;*
- 3. Os(as) servidores(as) que precisarem acessar o edifício principal deverão entrar pela portaria do anexo I ou bloco B;*
- 4. O acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados será restrito às autoridades, parlamentares, e servidores(as) autorizados(as). Assessorias parlamentares deverão se dirigir às galerias para assistir à sessão;*
- 5. Serão realizados isolamentos de áreas nos moldes das posses presidenciais.*

*Atenciosamente,  
Diretoria-Geral do Senado*



# Egito reage a declaração de Bolsonaro e se nega a receber chanceler brasileiro

Foto: Agência Brasil



*Fala de Bolsonaro provoca cancelamento de encontro com Aloysio Nunes e irrita governo Temer*

**(Congresso em Foco)** Uma declaração do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), levou a um atrito diplomático entre Brasil e Egito mesmo antes de o novo governo começar. O governo egípcio cancelou um compromisso oficial com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, depois que Bolsonaro defendeu o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, e não da Palestina – tema caro a judeus e palestinos em uma região de conflito que dura mais de meio século.

A ida do chanceler ao país árabe estava prevista para a próxima quarta-feira (7), e incluiria uma série de compromissos diplomáticos entre os dias 8 e 11 deste mês. Hoje (segunda, 5), o governo brasileiro foi informado por autoridades egípcias que uma mudança na agenda resultaria no cancelamento do encontro com Aloysio Nunes – o que, na comunidade diplomática, soa como um desconvite. O Brasil tem relações comerciais bilionárias com 22 países árabes, todos eles contrários à transferência da capital.

À parte o caráter de desfazimento de compromisso oficial, o cancelamento foi feito em cima da hora, a dois dias da agenda bilateral. Desmarcar encontros diplomáticos às vésperas é algo incomum no protocolo das relações internacionais e uma demonstração clara de descontentamento, o que pode se desdobrar em crise na política externa.

Além da transferência da capital, Bolsonaro cogitou mudar também a embaixada brasileira de Tel Aviv, segunda maior cidade de Israel, para Jerusalém, dando-lhe o status de sede da representação do Brasil. As declarações enfureceram comunidades árabes mundo afora e já provocam prejuízo para atores envolvidos no encontro, como empresários brasileiros que já haviam desembarcado no Egito para acompanhar o ministro.

Reportagem veiculada na tarde desta segunda-feira (5) no site do jornal **Folha de S.Paulo** informa que, segundo relato de diplomatas, a Liga dos Países Árabes enviou nota à embaixada do Brasil no Cairo, capital do Egito, para manifestar repúdio às declarações de Bolsonaro. Além da comunidade árabe, membros do alto escalão do governo de Michel Temer (MDB) se irritaram com a postura do presidente eleito.

A revolta tem explicação de ordem não só diplomática, mas também comercial. Os países árabes são, juntos, o segundo maior grupo comprador de proteína animal produzida no Brasil. No ano passado, as exportações brasileiras para o mundo árabe somaram 13,5 milhões de dólares, em um contexto em que o superavit brasileiro foi de 7,1 bilhões de dólares.

## IMBRÓGLIO CHINÊS

Essa não é o primeiro ruído diplomático que Bolsonaro gera com suas palavras nos últimos dias. Nos últimos dias, o governo chinês também reagiu a uma declaração do deputado fluminense sobre a conduta comercial do país asiático diante do mundo.

Na linha do que tem dito o presidente norte-americano Donald Trump mesmo antes de ser eleito, em novembro de 2016, Bolsonaro classificou a China, ainda durante a campanha, como um "predador que busca dominar setores-chave da economia brasileira". Maior parceiro comercial do Brasil, a China usou seu veículo oficial de imprensa em língua inglesa para advertir Bolsonaro.

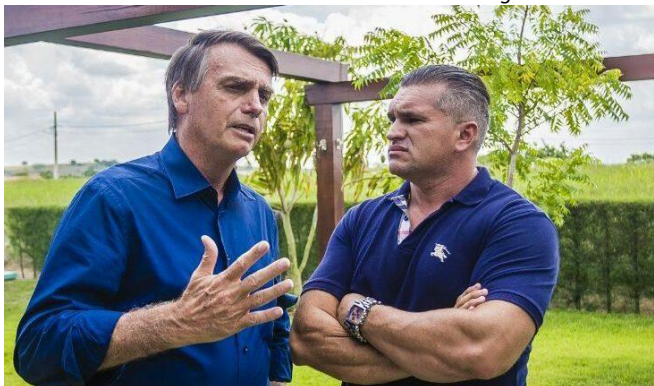
"O custo econômico pode ser duro para a economia brasileira, que acaba de sair de sua pior recessão na história", diz trecho de editorial chamado "Não há razão para que o 'Trump Tropical' revolucione as relações com a China", publicado na semana passada pelo jornal estatal China Daily. Uma visita recente de Bolsonaro a Taiwan, república considerada como uma cidade rebelde pela China,

A advertência parece ter surtido efeito. Nesta segunda-feira (5), depois de ter recebido em sua casa

no Rio de Janeiro os embaixadores da China e da Itália, Bolsonaro amenizou o discurso e disse que as relações comerciais entre Brasil e China podem ser ampliadas em seu governo. Empresários chineses estão "em compasso de espera" por sinalizações de Bolsonaro antes de fechar novos negócios, declarou nesta segunda-feira o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Tang, à agência Reuters.

## Integrante da equipe de transição de Bolsonaro já foi condenado por estelionato, preso e alvo três vezes da Lei Maria da Penha

Foto: Congresso em Foco



Julian é considerado "homem forte" de Bolsonaro na Paraíba

**(Congresso em Foco)** Um integrante da equipe de transição recém-anunciada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro já foi acusado três vezes e preso com base na Lei Maria da Penha, após denúncia de agressão à ex-esposa e a uma irmã. Apresentado por Bolsonaro como seu "homem forte na Paraíba e "amigo de primeira hora", o deputado eleito Julian Lemos (PSL-PB) foi um dos coordenadores no Nordeste da campanha presidencial do PSL. Ele também foi condenado a um ano de prisão em primeira instância, em 2011, por estelionato. Mas o caso prescreveu antes de ser analisado pela segunda instância (leia mais abaixo).

Dos três inquéritos de que o deputado eleito era alvo com base na Lei Maria da Penha, dois foram arquivados após a ex-esposa dele, Ravena Coura, apresentar retratação e dizer às autoridades que se exaltou "nas palavras e falado além do ocorrido". Um terceiro, porém, segundo registros do Tribunal de

Justiça da Paraíba, continua ativo. Os casos ocorreram em 2013 e 2016.

Na primeira vez, Julian chegou a ser preso em flagrante depois de ter sido denunciado por Ravena, que contou ter sido agredida fisicamente e ameaçada por arma de fogo. Em 2016, ela voltou a procurar a polícia para registrar queixa contra o ex-marido, alegando que ele era "uma pessoa muito violenta" e que havia ameaçado: "Vou acabar com você, você não passa de hoje".

Ravena, no entanto, entregou documento à Justiça seis meses depois, afirmando que os dois episódios foram uma "desavença banal", que o ex-marido era "um homem íntegro, honesto, trabalhador e cumpridor de todas as obrigações" e que ela o havia perdoado.

O deputado eleito disse ao Congresso em Foco que não agrediu nem a ex-esposa nem a irmã. "É um assunto ultrapassado, requeentado e acabado. Já está explicado. Já fui absolvido, as pessoas se retrataram", disse. De acordo com Julian, o processo movido pela irmã não foi arquivado porque ela mora no exterior e ainda não compareceu para desistir oficialmente da ação. "É uma irmã que mora no meu coração. Vocês da mídia têm de procurar outro assunto porque esse aí já foi", completou.

### CANELADAS

No ato de filiação do deputado eleito, em março, Bolsonaro fez menção indireta às acusações contra Julian. De acordo com o presidente eleito, vários de

seus aliados “deram suas caneladas, como o Julian Lemos aqui, e são pessoas que somam o nosso exército”.

O terceiro inquirido, que continua ativo, foi aberto em 2016 a pedido de Kamila Lemos, irmã de Julian. Ela contou em depoimento à polícia que foi ofendida e agredida fisicamente pelo irmão, com murros e empurrões, ao tentar “apaziguar” uma briga entre ele e a ex-esposa.

Laudo do Instituto Médico Legal confirmou que ela apresentava escoriações no pescoço, no ombro e no braço. O deputado eleito afirmou, na ocasião, que a irmã arremessou um cinzeiro contra ele. Julian, porém, não passou por exame para comprovar a agressão.

Um ano depois a defesa de Julian apresentou uma carta com retratação da irmã, alegando que os dois já haviam se entendido. Uma audiência preliminar

estava marcada para o dia 21 de setembro, mas não foi realizada, conforme registro do Tribunal de Justiça da Paraíba.

## **PRESCRIÇÃO**

Presidente do PSL na Paraíba, Julian se envolveu no uso de uma certidão falsa fornecida pela empresa GAT Segurança e Vigilância, da qual era sócio, na assinatura de um contrato para prestação de serviços à Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, em 2004.

Em 2011 ele foi condenado a um ano de prisão em regime aberto. O deputado eleito nega participação nas irregularidades e alega que era apenas gerente da empresa, e não sócio. O caso prescreveu antes da análise em segunda instância. Julian tem 42 anos, é empresário e recebeu quase 72 mil votos (3,61% dos votos válidos).

# **O SINTRAM INFORMA**

Os cidadãos que precisam solicitar a emissão do título de eleitor, fazer o recadastramento biométrico, atualizar seus dados, pedir transferência ou regularizar qualquer pendência com a Justiça Eleitoral já têm data para esses compromissos: o cadastro eleitoral foi reaberto nesta segunda-feira (5), e os cartórios voltarão a oferecer todos os serviços aos eleitores.

O aviso é importante principalmente para quem tem alguma irregularidade, como, por exemplo, os eleitores que tiveram o título cancelado por não comparecerem ao recadastramento biométrico nos municípios onde a biometria é obrigatória. Em Betim, Contagem, Uberaba e Uberlândia, últimos municípios mineiros a fazerem a revisão biométrica, são mais de 213 mil pessoas nessa situação.

Para buscar qualquer atendimento, o eleitor deve comparecer a um cartório eleitoral levando documento oficial de identidade que comprove a nacionalidade brasileira e comprovante de endereço. Os homens que vão fazer o alistamento eleitoral devem apresentar comprovante de quitação do serviço militar (de 1º de julho do ano em que

completar 18 anos até 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos). O atendimento na maior parte dos municípios pode ser agendado pelo telefone 148 ou pelo site do TRE.

O alistamento, o recadastramento biométrico, a atualização dos dados e a transferência do título só podem ser feitos no cartório do domicílio eleitoral do cidadão. Já a regularização da ausência de voto e justificativa pode ser feita em qualquer cartório do país.

Os eleitores que desejam obter uma certidão de quitação para comprovar que estão em dia com a Justiça Eleitoral já podem, com a reabertura do cadastro eleitoral, conseguir o documento no site do TSE. Ou, ainda, procurar o cartório eleitoral.

Os eleitores com algum tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção podem pedir a sua transferência para uma seção de fácil acesso. Em todo o estado de Minas Gerais, são 2.780 seções especiais, sendo pelo menos uma em cada município. Os eleitores que haviam feito a transferência temporária para uma dessas seções para votar nas Eleições 2018 precisam agora comparecer a um cartório eleitoral e pedir a transferência definitiva, caso ainda tenham essa necessidade.